

MINISTÉRIO DA FAZENDA

TERCEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES PRIMEIRA CÂMARA.

rffs

Sessão de 05/novembro de 19 91

ACORDÃO N.º_____

Recurso n.º

113.889

Processo nº 10711-006168/90-87.

Recorrente

INDÚSTRIAS QUÍMICAS RESENDEIS.A.

Recorrid a

IRF - PORTO - RJ.

R E S O L U C Ã O Nº 301-739

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos,

RESOLVEM os Membros da Primeira Câmara do Terceiro Cons<u>e</u> lho de Contribuintes, por unanimidade de votos, em converter o julga mento em diligência ao INT (Instituto Nacional de Tecnologia), através da Repartição de origem (IRF-Porto-RJ), na forma do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

Brasilia-DF/ em 105 de novembro de 1991.

ITAMAR VIETRA DA COSTA - Preŝidente.

ZOÃO BAPTISTA MOREIRA - Relator.

miriam Gendt

CONRADO ÁLVARES - Proc. da Fazenda Nacional.

VISTO EM SESSÃO DE: **(U.6 DF.7 199**

Participaram, ainda do presente julgamento os seguintes Conselheiros: LUIZ ANTONIO JACQUES, SANDRA MÍRIAM DE AZEVEDO MELLO (Suplente), WLADE MIR CLOVIS MOREIRA, FAUSTO FREITAS DE CASTRO NETO e FLÁVIO ANTONIO 'QUEIROGA MENDLOVITZ. Ausentes os Conselheiros IVAR GAROTTI e JOSÉ THEO-DORO MASCARENHAS MENCK.

SERVICO PÚBLICO FEDERAL

MEFP - TERCEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES - 1ª CÂMARA.

RECURSO Nº 113.889 RESOLUÇÃO Nº 301-739.

RECORRENTE: INDÚSTRIAS QUÍMICAS RESENDE S.A.

RECORRIDA: IRF - PORTO - RJ.

RELATOR : JOÃO BAPTISTA MOREIRA.

RELATÓRIO

Adoto o Relatório integrante da decisão recorrida, fls.. 26 e segs, ut infra:

"A firma INDÚSTRIAS QUÍMICAS RESENDE S/A., atra vés da Declaração de Importação (D.I.) nº 500488/90 (fls. 3/7), submeteu a despacho 17.142,860 quilos ocdé: ácido 3.3'-diclorobenzidina estabilizado sob a forma de dicloridrato do ácido 3.3'diclorobenzidina, peso molecular do ácido Iivre:253 e do dicloridrato:326, ao amparo da Guia de Importação (G.I.) nº 131-89/3092-4 (fls.24), classificando o produto no código TAB 2921.59.0101, com alíquotas de 30% para o Imposto de Importação (I.I.) e zero para o Imposto sobre Produtos Industrializados (I.P.I.).

O Laboratório de Análises (LABANA), após exame da amostra do produto, emitiu o Laudo nº 1331/90 (fls.8), declarando tratar-se do produto químico orgânico diclori drato de 3.3 diclorobenzidina, que constitui um sal da diclorobenzidina.

Em ato de revisão aduaneira, o produto foi des classificado para o código TAB 2921.59.0199, com alíquo tas de 40% para o II e zero para o IPI e exigido o crédito tributário apurado, conforme dispõe a IN-SRF-14/85.

Não tendo sido cumprida a exigência fiscal (fls. 10), foi lavrado o Auto de Infração n^{o} 319/90 (fl.1), para exigir-se o recolhimento da diferença de II apurada, bem como as multas previstas nos artigos 524 e 526, II, do Regulamento Aduaneiro (R.A.), aprovado pelo Decreto n^{o} 91.030/85, além dos encargos legais cabíveis.

Devidamente intimada (fls.12/13), a autuada, , tempestivamente, apresentou impugnação (fls.14/16), al \underline{e} gando que:

- a) o laudo de análise confirma a descrição contida nos documentos de importação, pois o dicloridrato é um sal;
- b) o produto 3.3 diclorobenzidina em seu estado puro (áci do) é altamente cancerígeno e tem que ser transportado em forma de <u>dicloridrato</u> ou <u>sal</u>, como bem diz o laboratório;
- c) os dados constantes de GI nº 131-89/3092-4, relativos aos pesos moleculares declarados e à definição do ter mo dicloridrato como sal, podem ser confirmados pelo Labana;
- d) a classificação do produto só pode ser como 3.3'diclo robenzidina estabilizado para transporte sob a forma de dicloridrato ou sal; e
- e) existindo novas informações dadas, decisões ou porta rias, reclama desde já o seu direito de réplica, an tes de qualquer decisão proferida, pois, em caso con trário, ficaria configurado o cerceamento do direito de defesa.

Em face das alegações apresentadas, a AFTN autuante sol<u>i</u> To recitouanovo pronunciamento do LABANA, que através da Inform<u>à</u> ção?Técnica (INF) nº 28/91 (fls. 19), esclareceu que:

- a) os produtos 3.3' diclorobenzidina e dicloridrato de 3.3'diclorobenzidina constituem produtos distintos 'por possuirem estruturas e pesos moleculares diferentes;
 - b) o produto 3.3' diclorobenzidina, uma diamina aromát<u>i</u>
 ca, não constituieum ácido; e
 - c) com exceção do termo ácido inadequado, nada há a objetar em relação aos demais dados apresentados pela importadora, inclusive quanto aos pesos moleculares declarados, todos corretos.

Na réplica (fls.21), a AFTN autuante, apreciando as alegações da interessada e à vista da INF n^2 28/91, $n\tilde{a}o$ acolheu as razões da defesa, argumentando que:

a) está correta a desclassificação do produto para o código TAB 2921.59.0199, onde se encontram os sais

SERVIÇO PÜBLICO FEDERAI.

- Je 🦈 da 3.3! diclorobenzidina; e
 - b) não sendo a 3.3' diclorobenzidina um ácido e sim uma diamina aromática, a descrição do sal importado, na DI/GI, como dicloridrato do ácido 3.3' diclorobenzidi na, está incorreta e em desacordo com o laudo."

A Autoridade a quo, às fls. 26, assim decidiu:

"REVISÃO: Desclassificação tarifária de produto em face do resultado do exame laboratorial. AÇÃO FIS CAL PROCEDENTE."

Com tempestividade, foi interposto o recurso de fls. 33, et seqs, que leio para meus pares.

É o relatório.

SERVIÇO PÜBLICO FEDERAL

<u>V 0 T 0</u>

Tendo a Requerente solicitado perícia do INT para analisar se o produto importado é também um "cloridrato de 3.3'-diclorobenzidina", e eu também estando na mesma dúvida, voto no sentido de transformar o julgamento em diligência, junto aquele órgão, através da Repartição de origem, intimados ambas as Partes a formularem os quesitos que julgarem necessários ao deslinde da questão.

Sala das Sessões, em 05 de novembro de 1991.

ZOÃO BAPZISTA MOREIRA - Relator.